

ISSN 3085-5624

Eixo Temático 6 – Organização da Informação e do Conhecimento

RESGATE E RECUPERAÇÃO DE ACERVO ARQUIVÍSTICO ATINGIDO POR ENCHENTE: UM ESTUDO DE CASO

RESCUE AND RECUPERATION OF ARCHIVAL COLLECTION STRUCK FROM FLOOD: A STUDY CASE

Bruna Dias Veras - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
dzaahveras@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0003-0535-2320>

Nalbert Ferreira Viana - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), *nalbert.estudos@gmail.com*, <https://orcid.org/0009-0008-5810-3543>

Nathaliê Flores Martins - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
nathalie.floresmartins@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0000-5980-161X>

Flávia Helena Conrado Rossato - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), *flavia.conrado@poa.ifrs.edu.br*, <https://orcid.org/0009-0002-6406-6714>

Lizandra Brasil Estabel - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
lizandra.estabel@poa.ifrs.edu.br, <https://orcid.org/0000-0001-9339-2864>

Modalidade: Trabalho Completo.

Resumo: As enchentes de maio de 2024 atingiram diversas instituições custodiadoras de acervos, incluindo, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul- Campus Porto Alegre, com aproximadamente 500 caixas-arquivo atingidas diretamente. A partir da realização de Projeto de Extensão, foi iniciada uma operação de resgate e recuperação. Este relato de experiência se caracteriza como estudo de caso e destaca os procedimentos desenvolvidos frente a uma situação inédita, a atuação colaborativa entre profissionais e alunos e a necessidade do preparo das instituições diante das mudanças climáticas, reforçando a importância da conservação de documentos para garantir acesso à informação e à memória coletiva.

Palavras-chave: Recuperação de acervo; Conservação de documentos; Patrimônio Arquivístico.

Abstract: The floods of 2024 May strike many custodial institutions of holding maintenance, including, the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre, with nearly 500 stricken archival boxes. From the realization of an extension project, a rescue operation and recuperation has started. This experience report is characterized as a study case and highlights the developed procedures facing an unprecedented situation, the collaborative action between students and professionals and the need for preparing from the institutions facing climate changes, reinforcing the documental conservation importance to ensure the information access and collective memory.

Keywords: Holdings recuperation; Preservation; Archival Heritage.

1 INTRODUÇÃO

Em maio de 2024 o Rio Grande do Sul enfrentou uma grave crise climática que causou enchentes e devastação por todo o Estado. Residências, comércios e instituições públicas, como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Porto Alegre foram atingidos. Diversos setores do campus foram tomados pelas águas, incluindo seu arquivo institucional.

Composto por mais de 1.200 caixas-arquivo, aproximadamente 500 delas sofreram danos diretos, enquanto as demais foram impactadas indiretamente. O acervo desempenha o importante papel de salvaguardar a memória da comunidade escolar, a história do surgimento da educação técnica e profissional no Estado do Rio Grande do Sul, e também garante aos alunos, ex-alunos e servidores o direito ao acesso e à preservação de seus registros documentais. Após o resgate da documentação do local sinistrado, iniciou-se prontamente o trabalho de recuperação. Por meio de Projeto de Extensão, foi possível constituir a equipe executora, composta de profissionais especializados, e realizar a contratação de alunos que atuam como bolsistas na recuperação do acervo e na divulgação das atividades desenvolvidas.

Este trabalho tem como objetivo geral relatar a experiência na recuperação do acervo arquivístico do IFRS- Campus Porto Alegre que foi atingido diretamente pela enchente, detalhando os procedimentos que foram adotados no processo. Como objetivos específicos, a intenção é discutir a importância da preservação do acervo do Campus enquanto Patrimônio Cultural, além de relatar as práticas, procedimentos e desafios relacionados à preservação e conservação dos documentos diante da situação inédita que o Rio Grande do Sul enfrentou em maio de 2024. A metodologia escolhida para este trabalho foi o estudo de caso, uma vez que é um método de pesquisa que abrange um fenômeno social por meio da análise de um contexto específico da realidade (Coimbra; Martins, 2013), permitindo o aprofundamento dos estudos e das consequências do evento climático no arquivo da instituição.

O trabalho de recuperação do acervo arquivístico do IFRS- Campus Porto Alegre se mostrou desafiador desde o momento em que a enchente atingiu as instalações da instituição. Um arquivo submerso por, aproximadamente, 15 dias é algo que não se

encontra na literatura, o que fez com que a equipe desenvolvesse métodos e técnicas para recuperar e salvaguardar o patrimônio documental que se caracteriza pelo ineditismo. Compartilhar, através deste relato, a experiência vivenciada por quem recupera este acervo é fundamental, podendo compor o referencial teórico da área de conservação e preservação, bem como aprofundar as discussões sobre os impactos das mudanças climáticas nos acervos.

2 OS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Os acervos arquivísticos cumprem um papel importante na salvaguarda da documentação produzida pelas atividades de instituições públicas ou privadas, seja em documentos em formato físico ou digital. Enquanto patrimônio cultural, o acervo arquivístico possui um valor que vai além de sua função administrativa. Ele representa os fatos e resguarda aspectos da identidade cultural e política da sociedade. Por meio dos documentos arquivísticos, é possível reconstruir trajetórias históricas, compreendendo as transformações sociais ao longo dos tempos, além de garantir o direito à informação. Cabe salientar que o patrimônio cultural não se dá necessariamente pelo tempo, mas sim pelo seu valor testemunhal.

O Art. 216, da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), reconhece os documentos arquivísticos como parte do patrimônio cultural do país, reforçando a importância de sua preservação e acesso. Esse reconhecimento também está alinhado às diretrizes internacionais da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Através do Programa Memória do Mundo, é possível afirmar que o patrimônio documental, além de representar boa parte do patrimônio cultural, constitui a memória coletiva, pois através dos documentos são traçadas as evoluções dos pensamentos, dos descobrimentos e das realizações da humanidade (Unesco, 2002 apud Conrado, 2014).

Para auxiliar na preservação dos acervos arquivísticos, medidas como a gestão documental, a conservação preventiva, a digitalização, a difusão e a educação patrimonial são essenciais. Tais práticas garantem não apenas a proteção física dos documentos, mas

também o seu acesso democrático, fortalecendo o exercício da cidadania e a construção de uma sociedade mais consciente.

A Lei nº 8.159, de janeiro de 1991, que versa sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, define que “é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (Brasil, 1991). Desse modo, refletimos que a documentação presente no arquivo do IFRS-Campus Porto Alegre é considerada um patrimônio cultural, pois tem como característica a união de elementos relevantes para a preservação da memória, seja para a comunidade acadêmica ou para sociedade em sua totalidade. É necessário saber alguns conceitos básicos para que o trabalho de recuperação de acervos possa ser desenvolvido corretamente. De acordo com Cassares (2000, p.12):

Preservação: é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais. Conservação: é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).

Para Muñoz-Viñas (2021, p. 24), a atividade de conservação “consiste em adotar medidas para que um bem determinado experimente o menor número de alterações durante o maior tempo possível”. Manter o bom estado de conservação dos documentos é um grande desafio, uma vez que grande parte dos acervos arquivísticos são constituídos por conjuntos documentais em suporte papel. Existe uma série de fatores que estão interligados e interferem de forma direta no estado do suporte, causando-lhes danos. A bibliografia define a existência de três grupos de agentes de deterioração: agentes Ambientais: temperatura, umidade relativa, iluminação e qualidade do ar; agentes Biológicos: fungos, roedores e ataques de insetos e agentes humanos: manuseio, dissociação, vandalismo e condições construtivas (acondicionamento e armazenamento inadequados).

Dentre os agentes de deterioração apresentados, os microrganismos e as condições climáticas são os fatores que mais influenciam no processo de recuperação do acervo do IFRS- Campus Porto Alegre, além de serem os principais responsáveis pelos danos mais

severos. Devido à exposição direta à água, houve a infestação por fungos na documentação, muito provavelmente agravado por conta da contaminação da água da enchente.

Cassares (2000) afirma que a proliferação dos fungos causa danos no substrato do papel, causando fragilidade no suporte e manchas difíceis de serem removidas. A grande quantidade de microrganismos presente na documentação afetada é consequência direta das condições climáticas do ambiente. O calor excessivo e o alto índice de umidade são as condições ideais para a manifestação de fungos. Em vista disso, é fundamental que os espaços de acondicionamento sejam sempre monitorados, tendo a sua temperatura e umidade relativa do ar acompanhados com regularidade pôr termo higrômetros. Manter uma boa circulação de ar e evitar a exposição direta aos raios solares também é necessário. Existem, ainda, outros equipamentos que podem auxiliar nessa função, como é o caso dos desumidificadores de ambiente, por exemplo.

3 A RECUPERAÇÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO IFRS- CAMPUS PORTO ALEGRE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

A origem do IFRS-Campus Porto Alegre remonta ao ano de 1909, com a Escola de Comércio de Porto Alegre. Na década de 1950, sob a administração do Governo Federal, tornou-se a Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Quase um século depois, em dezembro de 2008, foi sancionada a Lei Federal 11.892 que instituiu a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Com essa Lei, ocorreu o processo de separação da Universidade e foi fundado o IFRS – Campus Porto Alegre. Sua história tem um valor inestimável e por esse motivo é imprescindível a sua preservação. No acervo da instituição estão custodiadas informações de relevância tanto para a comunidade acadêmica, quanto para sociedade como um todo, pois conta a história do surgimento da Educação Técnica no Estado do Rio Grande do Sul.

No dia 03 de maio de 2024, o acervo que preserva essa história foi atingido pela maior tragédia climática do Rio Grande do Sul. Durante, aproximadamente 15 dias, o arquivo do IFRS-Campus Porto Alegre ficou submerso em cerca de 1,10 metros de água contaminada. Mesmo em situações extremas como a vivida naquele momento, o planejamento é parte essencial para o êxito das ações. No caso do IFRS-Campus Porto

Alegre, o plano de ação posto em prática previa quatro etapas até que toda a documentação fosse disponível novamente: 1) resgate, 2) recuperação, 3) acesso aos documentos, 4) restauração.

Sendo a primeira etapa, o resgate “consiste na retirada dos documentos do local sinistrado, priorizando os documentos de guarda permanente ou de longo prazo de guarda” (Rossato, 2025).

Logo após a liberação do acesso ao prédio, os documentos foram retirados do local sinistrado e levados para o 8º andar do edifício-garagem do Campus, como uma medida emergencial (figura 1). Foram quatro dias de trabalho para retirar cerca de 500 caixas-arquivos atingidas diretamente e em torno de 1200 indiretamente, sendo triadas no momento do resgate. Finalizado o resgate, foi iniciada a etapa de recuperação do acervo que “consiste no conjunto de procedimentos técnicos que visam a desinfecção, a secagem e higienização dos documentos diretamente atingidos pela enchente” (Rossato, 2025).

Figura 1 - resgate do acervo arquivístico



Fonte: Autoria própria (2024).

Segundo Cassares (2000) “conhecendo-se a natureza dos materiais componentes dos acervos e seu comportamento diante dos fatores aos quais estão expostos, torna-se bastante fácil detectar elementos nocivos e traçar políticas de conservação para minimizá-los.”. Assim, foi possível determinar as seguintes fases dentro da etapa de recuperação: 1) Retirada de invólucros; 2) Desinfecção; 3) Interfolhamento; 4) Secagem; 5) Desblocamento;

6) Retirada de microorganismos remanescentes; 7) Higienização mecânica; 8) Acondicionamento. Cada uma destas fases foi orientada pelo Arquivo Nacional e pelo estudo da literatura voltada à Conservação e Preservação de acervos.

Quadro 1 - fases da Etapa de Recuperação do Acervo Arquivístico

1) Retirada dos invólucros: muitos dos documentos atingidos estavam em invólucros plásticos. Com isso, foi necessário realizar a retirada deste material de forma rápida para dar prosseguimento ao tratamento.
2) Desinfecção, por pulverização do quaternário de amônio: após a retirada dos invólucros, os documentos são pulverizados com quaternário de amônio diluído em água deionizada, com o objetivo de eliminar os microrganismos.
3) Interfolhamento: após a desinfecção, os documentos são interfolhados em papel-toalha, com o objetivo de retirar a umidade.
4) Secagem: fase essencial do processo de recuperação, a secagem é feita em temperatura ambiente. Foi construída uma secadora artesanal com materiais alternativos para auxiliar no processo de recuperação e que conta com coolers em modo de exaustão num experimento para acelerar a circulação do ar.
5) Desbloqueamento: quando há aderência entre os documentos, após a secagem é feito o desbloqueamento que consiste na separação do conjunto folha por folha, com auxílio de instrumentos como bisturis e bisturis de calosidade. Também pode ser usado um nebulizador com a solução de quaternário de amônio para umectar pequenas áreas aderidas dos documentos. Outro equipamento construído artesanalmente foi a caixa de umectação, esta feita com caixa organizadora que contém umidificadores de ambiente. Neste equipamento são colocados os documentos que estão totalmente aderidos para serem umectados de forma controlada e facilitar os próximos passos.
6) Retirada de microorganismos remanescentes: nesta fase, é feita a higienização, frente e verso de cada folha, com bucha ou swab de algodão, com solução de quaternário de amônio diluído em álcool 70%. Esta medida é tomada para a remoção da sujeira contida pela exposição da água contaminada da enchente e retirada de fungos remanescentes encontrados no papel.
7) Higienização mecânica: na mesa de higienização, é feita a higienização mecânica com o uso de trinhas auxiliando na remoção final de sujidades.
8) Acondicionamento: finalizada todas as fases, o documento está recuperado e pronto para ser acondicionado em pastas de papel que são colocadas em caixas-arquivo de papelão. É nessa fase que os documentos que necessitam de restauração são identificados e separados.

Fonte: autoria própria (2025).

Para que todas as fases de recuperação pudessem ser executadas, a equipe responsável montou um pequeno laboratório que conta com bancadas e os equipamentos necessários, alguns deles produzidos pela própria equipe. Destaque para a criação da secadora, fundamental para os procedimentos realizados. Outras duas salas são usadas como depósitos, locais importantes para separar e acondicionar os documentos não tratados. Paralelamente à etapa de recuperação, outras ações são necessárias para o funcionamento do processo da recuperação, como o controle das condições climáticas dos ambientes, onde todos os espaços contam com termo-higrômetros digitais para controle de

temperatura e umidade e com desumidificadores para manter a umidade relativa do ar em 55%; e pulverização com solução de quaternário de amônio nas salas de depósito com o intuito de controlar os microrganismos. Outro fator importante é a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's). Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) são os dispositivos de uso pessoal destinados a resguardar a saúde e a integridade física do trabalhador (Manual de Conservação Preventiva de Documentos, 2005). Os colaboradores devem utilizar sempre os equipamentos necessários de proteção individual, tais como touca, máscara, luvas, propé ou sapato de borracha, macacão ou avental e óculos (figura 2). Esta medida é imprescindível para a segurança pessoal e visa evitar contaminação biológica.

Figura 2 - recuperação do acervo arquivístico com equipamentos de proteção individual



Fonte: Autoria própria (2025).

A terceira etapa visa a promoção do acesso aos documentos recuperados através da digitalização. Embora parte dos equipamentos necessários já tenham sido adquiridos, esta etapa ainda não se iniciou. Por fim, a última etapa de todo o processo prevê a restauração dos documentos que necessitam de reparos e/ou reforço de suporte. Ações no acervo

atingido indiretamente também estão sendo executadas, como a higienização mecânica dos documentos e a substituição das caixas-arquivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a maior tragédia climática que atingiu o Estado do Rio Grande do Sul, várias instituições que custodiavam acervos tiveram que, emergencialmente, agir para salvar a memória atingida por água e lama. Dentre essas instituições, está o IFRS - Campus Porto Alegre, que teve seu acervo arquivístico submerso por, aproximadamente, 15 dias. Além da preservação da História e das memórias institucionais, a recuperação do acervo se faz necessária para garantir o direito ao acesso à informação por toda a comunidade.

Este trabalho teve como objetivo relatar a experiência na recuperação do acervo arquivístico do IFRS- Campus Porto Alegre, dado o ineditismo do acontecimento e da necessidade de criação de técnicas e equipamentos para a realização das atividades e salvaguardar seu patrimônio documental, visto que a bibliografia existente não traz subsídios suficientes. Compartilhar a experiência adquirida durante este processo é essencial para fomentar as discussões acerca dos efeitos das mudanças climáticas nos acervos, pois a tendência é a repetição de fenômenos como o ocorrido no Rio Grande do Sul. Debater medidas de mitigação de danos nos acervos a partir das mudanças climáticas é urgente, tanto entre os profissionais da área como em sala de aula. Para além das discussões, as instituições custodiadoras de acervos documentais precisam se preparar para situações semelhantes. Planos de contingência e de gestão de riscos devem fazer parte dos planejamentos relacionados à conservação e preservação dos acervos. No caso do IFRS - Campus Porto Alegre algumas medidas já foram adotadas, como a mudança das instalações do arquivo para o segundo pavimento do prédio.

Por fim, destaca-se o trabalho colaborativo e interdisciplinar entre as instituições atingidas, reforçando a necessidade do compartilhamento dos conhecimentos adquiridos diante da tragédia e, em especial, a atuação orientativa do Arquivo Nacional. Este espírito colaborativo foi essencial para que as experiências de recuperação dos acervos fossem bem-sucedidas, garantindo, assim, a preservação da história e das memórias institucionais e o acesso às informações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 ago. 2025.

BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 09 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 05 ago. 2025.

CASSARES, N. C. Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

COIMBRA, M. N. C. T.; MARTINS, A. M. O. O Estudo de Caso como Abordagem Metodológica no Ensino Superior. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, p. 31–46, 2014. DOI: 10.14572/nuances.v24i3.2696. Disponível em:
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2696>. Acesso em: 04 ago. 2025.

CONRADO, F. H. Arranjo, Descrição e Difusão do Patrimônio Documental Arquivístico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014. 184 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - CAMPUS PORTO ALEGRE (IFRS POA). **Sobre o Campus - IFRS - Campus Porto Alegre.** ([s.d.]). Disponível em: <https://www.poa.ifrs.edu.br/index.php/institucional-sobre-o-campus>. Acesso em: 04 ago. 2025.

MUÑOZ-VIÑAS, S. Teoria Contemporânea da Restauração. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SERIPIERRI, D. et al. **Manual de Conservação Preventiva de Documentos, Papel e Filme.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

ROSSATO, F. H. C. Relato de experiência: resgate e recuperação do acervo arquivístico do IFRS Campus Porto Alegre. In: **9ª SNA - MESA TEMÁTICA - Desafios dos arquivos diante de eventos climáticos extremos**. Plataforma Youtube, data de publicação. 11 de junho de 2025 Duração. 2:13:01 Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=o1d8G6lqKQo&t=4090s>. Acesso em: 05 ago. 2025.